

# O NEOLIBERALISMO NO SISTEMA DE ENSINO: CONTRADIÇÕES, IMPACTOS E DISPUTAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Pablo Natan de Mello<sup>1</sup>

Edinan Paulo de Almeida Bertocho<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo analisa a presença do neoliberalismo no sistema educacional brasileiro, compreendendo-o como uma racionalidade política, econômica e cultural que influencia a organização das políticas educacionais e redefine as finalidades da educação. A partir de referencial teórico da sociologia crítica, discute-se a consolidação do neoliberalismo como paradigma hegemônico desde as décadas de 1970 e 1980 e seus desdobramentos no contexto brasileiro. São examinadas reformas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Novo Ensino Médio e as diretrizes para formação docente, evidenciando a incorporação de princípios como eficiência, produtividade e competitividade. O estudo também aborda o fortalecimento das avaliações em larga escala, a ampliação das parcerias público-privadas e a mercantilização da educação, destacando seus impactos na padronização curricular, na responsabilização individual de estudantes e professores e na intensificação das desigualdades sociais. Além disso, analisa-se a atuação dessa racionalidade na produção de subjetividades alinhadas às demandas do mercado. Conclui-se que o neoliberalismo atua como elemento estruturante das políticas educacionais contemporâneas, ao mesmo tempo em que o campo educacional permanece como espaço de disputas, no qual emergem resistências e possibilidades de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a educação como direito social.

**Palavras-chave:** neoliberalismo. educação. políticas educacionais. mercantilização. desigualdade.

## ABSTRACT

This article analyzes the presence of neoliberalism in the Brazilian educational system, understanding it as a political, economic, and cultural rationality that influences the organization of educational policies and reshapes the purposes of education. Based on a critical sociology framework, it discusses the consolidation of neoliberalism as a hegemonic paradigm since the 1970s and 1980s and its developments in the Brazilian context. The study examines reforms such as the National Common Curricular Base (BNCC), the New Secondary Education model, and teacher education guidelines, highlighting the incorporation of principles such as efficiency, productivity, and competitiveness. It also addresses the strengthening of large-scale assessments, the expansion of public-private partnerships, and the commodification of education, emphasizing their impacts on curricular standardization, individual accountability of students and teachers, and the intensification of social inequalities. Furthermore, it analyzes how this rationality contributes to the production of subjectivities aligned with market demands. It concludes that neoliberalism operates as a structuring element of contemporary educational policies, while the educational field remains a space of dispute in which resistance and possibilities for critical pedagogical practices committed to education as a social right emerge.

**Keywords:** neoliberalism. education. educational policies. commodification. inequality.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate acerca do neoliberalismo e suas implicações na educação tem adquirido centralidade nas análises críticas do campo das políticas educacionais, especialmente em razão da intensificação de transformações estruturais que

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo PPGPE. Universidade Federal Fronteira Sul. pablomello21@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Licenciatura em História na UFFS Mestre em educação pela MUST UNIVERSITY. edinanbertoch@hotmail.com

reposicionam o papel do Estado, reconfiguram os objetivos da escola pública e redefinem os sentidos da formação humana. Esse movimento não se restringe ao Brasil, mas adquire especificidades no contexto nacional, marcado historicamente por desigualdades sociais profundas, por uma tradição de políticas educacionais seletivas e por reformas orientadas por organismos multilaterais. No interior desse cenário, a racionalidade neoliberal passa a operar como princípio organizador das agendas educacionais, orientando reformas curriculares, modelos de gestão e mecanismos de avaliação que convergem para a lógica de produtividade, eficiência e competitividade.

No caso brasileiro, a discussão torna-se incontornável diante do avanço de medidas que, embora apresentadas como modernizadoras, evidenciam uma racionalidade voltada à adaptação da educação às demandas do mercado global. A reestruturação curricular promovida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a consolidação de modelos gerencialistas de avaliação externa e a crescente presença de instituições privadas e organizações empresariais no planejamento e execução de políticas públicas são exemplos contundentes dessa inflexão paradigmática. Como apontam Rezende e Adams (2024), tais transformações resultam no “esvaziamento do conhecimento e na formação do trabalhador flexível”, deslocando a finalidade social da educação e subordinando-a à lógica econômica, em que a escola passa a desempenhar um papel funcional à reprodução das exigências empresariais.

Em consonância com essa leitura, Silva *et al.* (2023) analisam que, em um contexto de globalização marcado pela intensificação das interdependências econômicas e pela circulação ampliada do capital, a lógica neoliberal radicaliza processos de mercantilização da vida social, de modo que “tudo é transformado em mercadoria, inclusive a educação”. A escola, nesse panorama, deixa de ser concebida como espaço de formação integral e passa a ser tratada como serviço, como produto consumível, e como mecanismo de adequação dos sujeitos às transformações do mercado global. Tal deslocamento incide diretamente na redefinição dos papéis do Estado, cuja atuação é progressivamente restringida, e das instituições escolares, tensionadas pela exigência de produzir resultados mensuráveis e alinhados às expectativas do setor produtivo.

Tais dinâmicas evidenciam que o neoliberalismo não se limita a um conjunto de políticas econômicas, mas constitui uma racionalidade política e social que permeia discursos, práticas e dispositivos de governo, operando sobre a subjetividade e sobre a organização das instituições. No campo educacional, essa racionalidade manifesta-se tanto na organização dos currículos quanto na estruturação das carreiras docentes, na gestão escolar e na formulação de

políticas em nível macro e micro. Assim, compreender as implicações desse paradigma para a educação brasileira exige uma análise cuidadosa de seus fundamentos, de seus modos de operação e de seus efeitos sobre a democratização do acesso ao conhecimento.

Diante desse panorama, este ensaio discute criticamente a presença do neoliberalismo no sistema de ensino brasileiro, abordando suas bases teóricas, seus mecanismos de materialização nas políticas educacionais e seus impactos sobre a garantia do direito à educação, a formação de sujeitos críticos e a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Para isso, são analisados dois artigos fornecidos em aula, articulados com aportes de autores clássicos e contemporâneos da sociologia crítica da educação, com o intuito de evidenciar como tal racionalidade se infiltra e se legitima no tecido educacional brasileiro.

## **2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO NEOLIBERALISMO E SUA ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO**

O neoliberalismo, enquanto racionalidade política, econômica e cultural, consolidou-se como um dos paradigmas centrais de reorganização do capitalismo a partir das décadas de 1970 e 1980. Tal racionalidade emerge como resposta à crise do Estado de Bem-Estar Social e às limitações do modelo fordista-keynesiano, reposicionando o mercado como princípio regulador da vida social. Harvey (2008) caracteriza o neoliberalismo como um projeto de restauração do poder das elites econômicas, cuja estratégia consiste na combinação entre desregulação, privatização e retração do Estado em suas funções sociais. Como afirma o autor: “o neoliberalismo não é apenas um projeto econômico, mas uma ofensiva política destinada a reconfigurar o poder de classe em escala global”.

No campo educacional, essa racionalidade opera de modo profundo, alcançando as instâncias macroestruturais, por meio das políticas públicas, e produzindo efeitos diretos na organização cotidiana das escolas, no currículo e na subjetividade dos sujeitos. Rezende e Adams (2024) mostram que, no Brasil, esse processo se intensifica especialmente a partir dos anos 1990, quando o país se torna receptor das reformas recomendadas por organismos multilaterais como Banco Mundial, FMI e BIRD. Segundo as autoras:

Outros fatores contribuíram para o declínio do Ensino Superior no Brasil, a saber, a redução de investimentos por orientação do BIRD (2011), financiador da educação nos países em desenvolvimento, no marco da Educação para Todos, na década de 1990. Além disso, os cortes nas verbas

destinadas à pesquisa e à extensão terminaram por comprometer a qualidade do ensino e a consequente autonomia das instituições (Rezende; Adams, 2024, p. 11).

Esse movimento, além de redirecionar prioridades, promove a incorporação de valores mercadológicos no interior das instituições públicas, contribuindo para a ressignificação da educação como serviço, e não mais como direito social. Rezende e Adams (2024) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que:

O que pode ser amplamente observado nas atuais reformas educacionais tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior que visam o esvaziamento do conteúdo científico em detrimento de uma formação pautada em competências e habilidades, voltada para formar um trabalhador que atenda às necessidades do capital, portanto, que seja flexível e dócil, atendendo às imposições e privatizações impostas (Rezende; Adams, 2024, p. 11-12).

Essa redefinição da função social da escola se articula ao que Dardot e Laval (2016) denominam de nova razão do mundo, uma racionalidade que opera como tecnologia de governo dos sujeitos. Para os autores, o neoliberalismo não se resume à desregulação econômica; trata-se de um regime de subjetivação que transforma cada indivíduo em “empreendedor de si”, exigindo permanente autogestão, competitividade e responsabilização. A educação se torna, assim, espaço privilegiado para a disseminação desse *ethos* empresarial, especialmente mediante a adoção de dispositivos de *accountability*, meritocracia e competências socioemocionais, que transfiguram as relações escolares e deslocam a responsabilidade por problemas estruturais para o sujeito individual.

Essa lógica repercute distintamente em países de economia periférica, como o Brasil, onde desigualdades históricas amplificam os efeitos das reformas neoliberais. Nesse sentido, Silva *et al.* (2023) observam que:

A partir de então, observa-se que a intervenção nas políticas educacionais em tempos de globalização, por esses organismos, paulatinamente tem evidenciado uma expansão das políticas mais convenientes apenas para os interesses do capital internacional sem levar em consideração o processo de ensino aprendizagem. Consequentemente, na sociedade neoliberal, a principal função da educação é reproduzir a mão-de-obra para o capital, moldando indivíduos ideologicamente de acordo com os interesses capitalistas, e sendo explorados comercialmente pelo setor privado (Silva *et al.*, 2023, p. 14).

Essa interpretação é reforçada em outra passagem extensa do mesmo artigo, no qual os autores analisam como a globalização neoliberal reconfigura a educação:

Diante do exposto, observa-se que no discurso neoliberal, as referências ao processo de globalização têm levado a uma visão da educação apenas como uma estratégia que atende aos interesses dos projetos de poder. Assim, ela é vista como um mecanismo que deve funcionar de acordo com as suas diretrizes (Silva *et al.*, 2023, p. 16).

Essas formulações demonstram que o neoliberalismo atua tanto na materialidade das políticas educacionais quanto na produção de subjetividades, de modo que a formação crítica tende a ser substituída por habilidades instrumentais, comportamentais e tecnológicas. O deslocamento do papel do Estado, de garantidor de direitos para regulador de demandas privadas, aprofunda a desigualdade de acesso ao conhecimento e fragiliza o princípio da educação como bem público.

Nesse quadro, compreender os fundamentos teóricos do neoliberalismo torna-se indispensável para analisar criticamente suas estratégias de penetração no sistema educacional e seus impactos sociais. O neoliberalismo, portanto, não se apresenta apenas como modelo econômico, mas como projeto civilizatório que reorganiza a vida social, produz formas específicas de subjetividade e reconfigura profundamente o significado da educação pública.

### **3. A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS**

O campo educacional consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais alvos das reformas impulsionadas pela racionalidade neoliberal, sendo constantemente reconfigurado para atender às demandas do mercado global, da competitividade e da lógica de resultados. Essa reestruturação abrange tanto o ordenamento macro das políticas públicas quanto os modos de organização curricular, a gestão escolar e os mecanismos de avaliação. Rezende e Adams (2024) observam que reformas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Novo Ensino Médio (NEM) e as novas diretrizes de formação de professores expressam de maneira emblemática essa tendência ao “pragmatismo produtivista”, ao passo que desvalorizam dimensões humanísticas, históricas e críticas da formação. Os autores afirmam que:

Nessa conjuntura, a Educação é uma maneira de democratizar o acesso à cultura e de promover o desenvolvimento de valores democráticos e do senso de responsabilidade com a vida coletiva, além de possibilitar o acesso ao conhecimento científico, essencial para o processo de formação democrática e crítica dos cidadãos. Mas, o que se observa na atualidade é o completo esvaziamento dessas possibilidades devido às reformas educacionais desde a Educação Básica, por meio da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), até o Ensino Superior, com a implementação da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2019) e da Resolução CNE/CP n.o 4/2024, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Rezende; Adams, 2024, p. 2).

Esse movimento evidencia que as políticas educacionais contemporâneas têm sido formuladas sob forte influência de organismos privados e multilaterais, configurando uma mudança na concepção de educação: de direito social para serviço regulado pelo mercado. Além disso, a centralidade atribuída às avaliações em larga escala, como a Prova Brasil, o SAEB e, mais recentemente, o Enem reformulado, reforça a lógica meritocrática e gerencialista que orienta o neoliberalismo educacional.

Esses instrumentos, ao estabelecerem indicadores padronizados de desempenho, passam a funcionar como mecanismos de regulação indireta das práticas docentes e da organização escolar, produzindo rankings e induzindo comportamentos voltados mais para o alcance de metas do que para a efetiva aprendizagem dos estudantes. Como consequência, aprofunda-se a homogeneização curricular, ao passo que se intensifica a responsabilização individual de professores e estudantes por resultados que, na verdade, estão imbricados em desigualdades estruturais de ordem econômica, social e territorial.

Outro aspecto relevante diz respeito ao avanço das parcerias público-privadas e da terceirização de serviços educacionais, especialmente no campo da formação docente, das avaliações e da produção de materiais didáticos. Empresas, fundações e institutos privados passam a ocupar um espaço estratégico na definição das agendas e das prioridades das políticas educacionais, operando como “especialistas” legitimados pelo discurso da eficiência técnica. Esse processo não só enfraquece a autonomia das instituições públicas, mas também reduz a possibilidade de construção de projetos pedagógicos contextualizados, críticos e emancipatórios, subordinando a educação aos imperativos da produtividade e da performatividade. Dessa forma, a influência neoliberal reconfigura não apenas as políticas, mas também os sentidos mesmos do que se entende por educação e por formação humana.

Um dos mecanismos mais expressivos de operacionalização da racionalidade neoliberal na educação brasileira é o sistema de avaliação em larga escala. Instrumentos como SAEB, ENEM e IDEB convertem a noção de qualidade educacional em indicadores quantitativos, rankings e metas, estimulando a competição entre escolas, redes e até entre docentes. Esse processo reforça o paradigma da accountability, segundo o qual a escola e seus profissionais são responsabilizados individualmente pelos resultados obtidos.

Nessa direção, Fernandes (2008, p. 123) observa que:

Quando, num dado país, as escolas são confrontadas anualmente com um ranking oficial com base no desempenho de seus alunos em exames nacionais, é natural que comecem a delinear estratégias defensivas que lhes possam garantir um bom lugar no ranking. Uma delas é convidar os alunos a desistirem, anulando as respectivas matrículas ou, pura e simplesmente, não levar os alunos a exame. Dito de outra maneira, certas escolas poderão ter critérios, mais ou menos explícitos, bastante apertados pelos quais muito poucos alunos conseguem realizar os exames.

Esse raciocínio promove uma profunda mudança na finalidade do sistema educacional, que passa a privilegiar ações institucionalmente “eficientes” em detrimento de práticas pedagógicas críticas, dialógicas e socialmente comprometidas. Ademais, ela intensifica desigualdades, uma vez que escolas com maiores vulnerabilidades socioeconômicas tendem a ser mais penalizadas pelos índices.

O avanço da racionalidade neoliberal no Brasil manifesta-se também na intensificação de processos de privatização, tanto de maneira direta, como a ampliação das instituições privadas de Ensino Superior, quanto de maneira indireta, por meio de parcerias público-privadas, convênios, terceirizações e consultorias empresariais que assumem papel ativo na formulação e implementação de políticas públicas.

Entre os exemplos mais evidentes dessa tendência destaca-se o crescimento exponencial dos conglomerados privados de ensino superior. Rezende e Adams (2024) observam que grupos como Kroton, Estácio e Anhanguera transformaram o ensino superior brasileiro em um dos maiores mercados educacionais do mundo. Os autores observam que:

A efetivação do Ensino Superior privado, incentivado até mesmo por projetos do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que é uma ação do Governo Federal destinada a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa financia até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, conforme a renda familiar

mensal bruta do estudante e o comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade. Esse projeto se enreda na proposta neoliberal de privatização e da oferta da Educação como uma mercadoria (Fonseca, 2019 *apud* Rezende; Adams, 2024, p. 10-11).

Essa mercantilização também se expressa por meio de mecanismos estatais que transferem recursos públicos ao setor privado, como programas de financiamento, a exemplo do FIES, e incentivos fiscais. Além disso, fundações empresariais e organizações privadas de grande porte, como institutos, ONGs corporativas e entidades educacionais financiadas por bancos e conglomerados comerciais, participam ativamente da produção de materiais didáticos, da formação docente, da gestão escolar e das políticas curriculares, interferindo diretamente na agenda nacional.

Silva *et al.* (2023, p. 09) explicam esse processo em perspectiva, afirmando que:

No cenário imposto pelo neoliberalismo, os aspectos voltados à saúde, à alimentação, à educação e ao trabalho, por exemplo, passam a ser enxergados como mercadorias reguladas pelo mercado e os indivíduos que, porventura, não tenham acesso a tais serviços, deixam de ser vistos como “problema” do Estado, passando a haver uma mercantilização dos direitos sociais.

Nesse contexto, a crescente articulação entre Estado, mercado e organismos privados produz um arranjo híbrido que redefine as formas de regulação educacional e introduz novas racionalidades no funcionamento das instituições. A educação passa a ser orientada por dispositivos de controle e eficiência econômica, materializados em padrões de desempenho, modelos de gestão empresarial e mecanismos de incentivo ou punição baseados em resultados. Esse processo não apenas reforça a presença de atores privados na formulação das políticas, como também consolida uma cultura institucional alinhada à produtividade, à racionalização de custos e à competitividade entre redes e instituições.

Assim, a reestruturação em curso configura um cenário no qual os princípios neoliberais se disseminam de maneira capilar, incidindo tanto sobre os marcos legais quanto sobre as práticas pedagógicas, a formação docente e a própria concepção de bem público que historicamente orientou a educação brasileira.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O texto evidencia que o neoliberalismo atua como uma racionalidade estruturante das políticas educacionais contemporâneas, reorganizando desde as finalidades sociais atribuídas à escola pública até os modos de gestão, de avaliação e de formação docente. Trata-se de um projeto que não apenas redefine o papel do Estado, deslocando sua função de garantidor de direitos para a de regulador de demandas privadas, mas também transforma profundamente a cultura institucional das escolas e a própria concepção de educação, que passa a ser tratada sob a ótica da eficiência, da produtividade e da competitividade. Os mecanismos de padronização curricular, o fortalecimento das avaliações em larga escala, a ampliação das parcerias público-privadas e a crescente participação de conglomerados empresariais no planejamento educacional configuram um cenário em que a lógica mercantil se infiltra nas políticas públicas e orienta a dinâmica dos processos pedagógicos.

Ao mesmo tempo, ficou evidente que essa racionalidade produz efeitos significativos no plano subjetivo e organizacional, promovendo a construção de indivíduos responsabilizados individualmente por seu desempenho, estimulando práticas escolares voltadas para metas e indicadores e reforçando a homogeneização curricular em detrimento de abordagens contextualizadas e críticas. Esse movimento aprofunda desigualdades já presentes na sociedade brasileira, intensifica a fragmentação do trabalho docente e fragiliza o princípio da educação como direito social universal, substituindo-o por uma perspectiva de formação funcional às demandas flexíveis do mercado de trabalho.

Entretanto, o estudo também mostra que a presença do neoliberalismo na educação não se dá sem tensões, resistências e contradições. Diversos atores, entre eles movimentos estudantis, sindicatos docentes, coletivos acadêmicos e práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação humana, produzem contrapontos a essa racionalidade hegemônica, denunciando seus efeitos excludentes e reivindicando concepções alternativas de formação, baseadas na democracia, na justiça social e no acesso pleno ao conhecimento. Essas resistências revelam que a escola não é um espaço passivo de reprodução das políticas, mas um território de disputa simbólica e material onde projetos antagônicos de sociedade se confrontam e se reconfiguram.

Assim, refletir sobre o neoliberalismo na educação brasileira implica reconhecer tanto a força de sua incidência quanto os limites e fissuras que se mostram possíveis no interior do próprio campo educacional. A compreensão dessas múltiplas camadas não apenas ilumina as formas pelas quais a racionalidade neoliberal reorganiza políticas e práticas, como também reforça a necessidade de fortalecer perspectivas contra-hegemônicas que defendam a

educação como bem público, espaço de formação integral e instrumento de construção democrática.

Nesse sentido, a tarefa crítica que se impõe consiste em produzir análises, práticas e políticas capazes de reafirmar a centralidade da escola pública na promoção da igualdade, da participação social e do desenvolvimento humano em sua plenitude, resistindo às tendências de mercantilização que atravessam a contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. **Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: UNESP, 2000.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE, 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica**. Resolução CNE/CP nº 4/2024. Brasília: MEC/CNE, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e institui o Novo Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Marcelo. **O novo ensino médio e seus impactos**. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

CUNHA, E. C. S.; MÜLLER, E. R. **Avaliações em larga escala: uma tentativa de controle, regulação, captura e padronização do cotidiano escolar**. Cadernos da Fucamp, v. 17, n. 29, p. 143-163, 2018. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1317>. Acesso em: 05 dez. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. Rio de Janeiro: UNESP, 2009.

FERNANDES, Reynaldo. **Qualidade da educação: consenso e diversidade de conceitos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 223, p. 122-135, 2008.

FERREIRA, A. **Planejamento educacional e neoliberalismo**. Revista Educação e Sociedade, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Educação e a crise do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS-SILVA, J.; CANCEL, A. **Neoliberalismo e destruição dos direitos sociais**. Revista Katálysis, 2020.

MESSDER-NETO, O. **Competências socioemocionais e controle de subjetividades**. Educação e Pesquisa, 2022.

REZENDE, K. P. M.; ADAMS, F. W. **O neoliberalismo e suas influências sobre a educação brasileira**. Revista Cocar, v. 21, n. 39, 2024.

SILVA, M. L. A.; ASSIS, L. M.; SOUSA, S. P.; ROLINDO, J. M. R. **A influência do neoliberalismo na educação em tempos de globalização**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 8, 2023.